

## Defensoria Pública de Minas abre inscrições para o primeiro Mutirão das Famílias em âmbito estadual

Edição de 2022 será em formato híbrido – presencial e remoto – com a participação de 42 unidades da DPMG

A Defensoria Pública de Minas Gerais vai realizar o primeiro Mutirão das Famílias em âmbito estadual, com a participação simultânea de 42 unidades – Belo Horizonte e 41 do interior. A iniciativa busca a conciliação em conflitos na área do Direito da Família, por meio da solução extrajudicial. **Inscrições até 25 de fevereiro.**

[Saiba mais](#)

DEU NA MÍDIA

Mutirão das Famílias é notícia em vários veículos

[Veja aqui os destaques](#)



## BRUMADINHO

### Em um ano, Acordo de Reparação ao rompimento de barragens tem avanços importantes para a região atingida

Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG



Após um ano da assinatura, Acordo de Reparação tem avanços importantes, como obras e intervenções voltadas à compensação dos prejuízos, Programa de Transferência de Renda e Consulta Popular com a participação de mais de 10 mil pessoas. **Nove projetos de reparação socioeconômica em Brumadinho e nos outros 25 municípios considerados atingidos pelo rompimento das barragens da Vale S.A. receberam ordem de início.** Estão previstas outras ações para diversificação econômica, especificamente em Brumadinho, com objetivo de reduzir a dependência dos municípios da atividade de mineração.

[LEIA + PÁGINAS 3 e 4](#)

## AINDA NESTA EDIÇÃO

**Defensoria Pública de MG avança no processo de proteção de dados pessoais**

[PÁGINA 2](#)

**Defensoria de Minas emite requisição à PBH pedindo esclarecimentos sobre adiamento da volta às aulas**

[PÁGINA 2](#)

- > Escola Superior • Institucional [PÁGINA 2](#)
- > Ações em destaque [PÁG. 3, 4 e 5](#)
- > Mundo oficial [PÁG. 6 e 7](#)
- > Publicações • Corregedoria-Geral [PÁGINA 7](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 8 e 9](#)

## ESCOLA SUPERIOR • INSTITUCIONAL

### DPMG dá início ao 11º Curso de Orientação e Preparação da nova turma de empossados do VIII Concurso

A Defensoria Pública de Minas Gerais abriu na segunda-feira (31/1) o 11º Curso de Orientação e Preparação das Defensoras Públicas e Defensores Públicos em Estágios Probatórios da sexta turma das aprovadas e aprovados no VIII Concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da Instituição, empossados no último dia 28 de janeiro.

O curso é oferecido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG). Participam as defensoras públicas Amanda

Alves Buere Serafim, Janine Laís Moratelli e Larissa Vieira Jadjiski e o defensor Bruno Demétrio da Luz Tofanelli.

As atividades foram abertas pela chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, que deu boas-vindas aos participantes e apresentou, de forma geral, as atribuições da Chefia de Gabinete, como atuação administrativa, comunicação e agenda institucional.

**Programação** – O 11º Curso de Orientação e Preparação continua até o dia 25 de fevereiro de 2022. Na programação estão previstas apresentações da Subdefensoria Pública-Geral, Assessorias da Defensoria-Geral, Corregedoria-Geral, Conselho Superior, defensoras e defensores públicos orientadores, Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias, Superintendências, Associação de Classe e da Assessoria Militar da DPMG, além de representantes de outras instituições, como Poderes Executivo e Judiciário, Ministério Público, Polícia Militar, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil. O curso contempla também temas e aspectos técnicos, como atuação no júri, processos eletrônicos, entre outros, além de práticas supervisionadas.

Foto: Isabel Daher/DPMG



### Defensoria de Minas avança no processo de proteção de dados pessoais

*Com a contratação da Encarregada de Dados, DPMG dá continuidade à implantação de medidas necessárias para o cumprimento da LGPD*

A Defensoria Pública de Minas Gerais empossou na sexta-feira (28/1), Dia Internacional da Proteção de Dados, a Encarregada de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, Rafaela Alvarenga Figueiredo. A nomeação busca acelerar o processo de adequação de medidas que garantam a proteção e segurança dos sistemas institucionais e das informações sob sua responsabilidade, em cumprimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

De acordo com Rafaela Figueiredo, os dados pessoais são a nova moeda mundial, e proteger cidadãos e cidadãos, resguardando os seus direitos de privacidade, passou a ser uma obrigação legal.

Com a nomeação, a Defensoria Pública de Minas busca acelerar o processo de adequação e também auxiliar seus membros e servidores (as) nas tomadas de decisões, visando à boa gestão da privacidade dos dados sob responsabilidade da Instituição.

Em abril de 2021, foi instalado o Órgão Encarregado

Foto: Claudinei Souza/DPMG



*Com formação jurídica, Rafaela Figueiredo possui diversas certificações internacionais em proteção de dados, tendo atuado como encarregada de dados no Tribunal de Contas de Minas Gerais.*

do Tratamento de Dados Pessoais, com a finalidade de avaliar as implicações da LGPD na proteção dos dados armazenados nos sistemas institucionais e na atividade finalística da Instituição, em consonância com o artigo nº 41 da LGPD.

Em breve, a DPMG vai disponibilizar um canal de acesso próprio, para o atendimento amplo das questões relacionadas à privacidade e à proteção de dados.

## AÇÕES EM DESTAQUE • BRUMADINHO

# Governo e Instituições de Justiça dão ordem de início para 9 projetos de reparação socioeconômica na região atingida

O Governo de Minas Gerais, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público Federal (MPF) aprovaram os primeiros projetos de reparação socioeconômica em Brumadinho e nos outros 25 municípios considerados atingidos pelo rompimento das barragens da Vale S.A., ocorrido em janeiro de 2019. Os projetos serão executados pela Vale.

As ordens de início foram divulgadas no dia 31 de janeiro. A primeira é referente a nove projetos dos anexos 1.3 (25 municípios) e 1.4 (Brumadinho), que fazem parte do pacote de execução extraordinária do texto do Acordo Judicial de Reparação, assinado em fevereiro de 2021, e contemplam ações nas áreas de Saúde, Desenvolvimento Social e Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os investimentos totais para esses projetos somam R\$ 201 milhões.

Além desses projetos, estão previstas, especificamente em Brumadinho, ações para diversificação

econômica com o propósito de reduzir a dependência dos municípios da atividade de mineração: este é o objetivo principal do projeto “Distrito Industrial”, que vai criar espaço e oportunidades para novas empresas se instalarem no município. Para a implementação, os órgãos técnicos competentes elaboraram um conjunto de diretrizes a serem seguidas pela Vale no detalhamento dos projetos.

“É um momento chave na execução do Acordo de Reparação. Representa o início concreto da implementação dos projetos de fortalecimento dos serviços públicos nos territórios atingidos. Em conjunto com as instituições de Justiça, fiscalizamos dia e noite para que a Vale cumpra todos os cronogramas físicos e financeiros, na execução desta parte do Acordo”, afirmou o coordenador-geral do Comitê Pró-Brumadinho e secretário adjunto de Planejamento e Gestão, Luís Otávio Milagres de Assis.

[Leia na íntegra](#)

Foto: Arquivo DPMG



Defensoria Pública de Minas atua no acolhimento e atendimento à população atingida desde as primeiras horas após o rompimento

## Em um ano, Acordo de Reparação tem avanços importantes

Na sexta-feira (4/2) a assinatura do Acordo Judicial de Reparação aos danos provocados pelo rompimento das barragens da Vale S.A. em Brumadinho completou um ano. Com foco principal na reparação da região atingida, o acordo conta com valor global de R\$ 37,6 bilhões.

Neste primeiro ano, avanços importantes foram conquistados na execução das ações, tendo como destaque o início de nove projetos de reparação socioeconômica e o Programa de Transferência de Renda, operacionalizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com R\$ 4,4 bilhões de recursos garantidos e que já foi iniciado com mais de 100 mil beneficiados.

Em relação aos 49 projetos, cuja a execução é de responsabilidade do Governo, 28 já estão em andamento, inclusive, 18 obras. O Acordo é voltado especialmente para a reparação em Brumadinho e os outros 25 municípios atingidos.

O Acordo Judicial visa reparar os danos decorrentes do rompimento das barragens da Vale S.A. em Brumadinho, que tirou a vida de 272 pessoas e gerou uma série de impactos sociais, ambientais e econômicos na bacia do Rio Paraopeba e em todo o Estado de Minas Gerais.

*continua >>*

## AÇÕES EM DESTAQUE • BRUMADINHO

### Em um ano, Acordo de Reparação tem avanços importantes - *continuação*

Assinado entre os compromitentes – Governo de Minas, Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) – e a compromissária Vale S.A., e mediado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Acordo Judicial não impacta ou impossibilita o prosseguimento das ações judiciais individuais, que eventualmente estejam em andamento, ou as que podem ser futuramente ajuizadas, bem como o processo criminal em relação às vítimas.

“É de se destacar na construção e execução deste Acordo que, desde as primeiras rodadas de negociação, priorizou-se o diálogo, a transparência e, principalmente, a participação ativa das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem em toda a sua área de extensão. Seguiremos firmes nessa conduta de praticar a escuta em nosso campo de trabalho, de sempre dar vez e voz à população, o que fazemos desde o dia da tragédia, em 25 de janeiro de 2019”, ressalta o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares.

**Obrigações de fazer e pagar** – Os R\$ 37,6 bilhões previstos no Acordo são divididos em “obrigações de fazer da Vale”, quando a empresa vai pagar e executar, e “obrigações de pagar da Vale”, em que a empresa repassa os recursos para a execução dos projetos.

Os projetos de execução do Governo contam também com ações relevantes já executadas. Informações sobre a execução de cada um deles podem ser acompanhados no painel de monitoramento dos Anexos III (Programa de Mobilidade) e IV (Programa de Fortalecimento do Serviço Público).



Defensora e defensor público prestam orientações jurídicas gratuitas à população da região atingida

Fotos: Arquivo DPMG



Atendimento na sede da Defensoria de Minas, em Brumadinho

A execução das obrigações de fazer da Vale são acompanhadas por auditorias externas independentes e monitoradas pelos compromitentes do acordo. A Fundação Getúlio Vargas foi contratada para fazer a auditoria socioeconômica – fiscalização dos projetos que serão executados nos 26 municípios atingidos.

**Detalhamento dos projetos** – Os projetos, depois de apresentados às pessoas atingidas, seguiram para a fase de detalhamento, pela Vale, e posterior análise pela auditoria socioeconômica, tendo manifestação favorável ao início. Ainda neste grupo de projetos, nos primeiros meses deste ano novas ordens de início serão dadas. Três em Brumadinho e seis para os outros 25 municípios atingidos já receberam ordem.

Para definição dos demais projetos dos anexos I.3 e I.4, foi realizado um amplo processo de consulta popular em todos os municípios atingidos, que contou com a participação de mais de 10 mil moradores. A partir dos resultados da priorização e do diálogo com os municípios, os compromitentes definirão os próximos projetos que serão detalhados pela Vale e, depois de aprovados pela auditoria, implementados nos municípios atingidos. A previsão de definição da próxima onda de projetos é o primeiro semestre de 2022.

A coordenação deste projeto é feita pelas Instituições de Justiça e os valores estão sendo depositados em juízo.

Todas as informações sobre a execução do Acordo de Reparação podem ser consultadas no [probrumadinho.mg.gov.br](http://probrumadinho.mg.gov.br)

[Leia na íntegra](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE

### Defensoria Pública de Minas emite requisição à PBH pedindo esclarecimentos sobre adiamento da volta às aulas

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) enviou Requisição Administrativa à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), datada de 31 de janeiro de 2022, pedindo esclarecimentos sobre os motivos que levaram à suspensão do início das aulas escolares presenciais para alunas e alunos com idade entre 5 e 11 anos. Decreto da PBH, publicado em 28/1/2022, adiou para o dia 14 de fevereiro a volta às aulas para crianças desta faixa etária.

O requerimento, assinado pelo defensor público Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, em atuação na Defensoria Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Dedica-Cível-BH), pede também que sejam fornecidos os dados epidemiológicos e documentais que fundamentaram a decisão. O documento requer ainda que sejam prestadas informações sobre como o Município pretende cumprir os 200 dias letivos obrigatórios por lei. Em razão da urgência que o caso exige, a requisição fixa prazo até 7 de fevereiro para que a Prefeitura se manifeste. A DPMG tem como premissa buscar a solução extrajudicial para a questão.

Paralelamente, em ofício encaminhado também no dia 31 de janeiro à secretária municipal de Educação de Belo Horizonte, Ângela Loureiro de Freitas Dalben, o defensor público Wellerson Corrêa solicitou que sejam respondidas outras questões relacionadas à previsão ou não de antecipação, possibilidade de prorrogação para o reinício das aulas, planejamento do retorno presencial ou de reposição das aulas, exigência de comprovação da vacinação, entre outras.

[Clique aqui para ler a requisição.](#)

[Clique aqui para ler o ofício.](#)



**Questionamento à PBH sobre adiamento das aulas é notícia em vários veículos**

[Acesse aqui os destaques](#)

### DPMG ingressa com medida protetiva em favor de idosa que sofria agressões psicológicas dentro de casa

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) atuou no caso de A.T., uma idosa em situação de vulnerabilidade, moradora da cidade de Boa Esperança. Ela procurou a unidade da Defensoria no município, no último dia 17 de janeiro, em busca de apoio às violências verbais e psicológicas cometidas contra ela.

A assistida, de 66 anos, vive em uma chácara com outras quatro pessoas, dentre elas um filho menor de idade e um dos irmãos, do qual ela é curadora. A denúncia feita na Defensoria diz respeito a outro irmão da vítima que, segundo declarações, mora com ela e rea-

lizava ameaças e agressões verbais e psicológicas com frequência.

De acordo com o defensor público Rodrigo Parente Ferreira Dias, que esteve à frente do atendimento do caso, eram violados direitos como saúde, dignidade, respeito e convivência comunitária da idosa, infringindo os direitos presentes no Estatuto do Idoso. Foi ingressado o pedido de medida protetiva em favor da vítima, solicitando o afastamento do agressor do lar e a proibição de aproximação de até 200 metros da assistida. O pedido da medida foi deferido pelo Poder Judiciário no dia 26 de janeiro.

### Defensoria em Janaúba arrecada cestas básicas para famílias carentes na cidade



*A defensora pública Claudijane Gomes, junto aos pastores missionários, Roberto e Sônia*

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Janaúba, por meio da criação de uma campanha de arrecadação, fez a distribuição de 17 cestas básicas às famílias carentes do município.

A entrega foi realizada pela defensora pública Claudijane dos Santos Gomes, em atuação na comarca de Janaúba, aos pastores missionários que realizam trabalhos sociais junto à Comunidade Pedra Preta.

Por meio da divulgação da campanha, as doações foram realizadas e distribuídas nesta semana.

## MUNDO OFICIAL

### Defensor-geral participa de troca de comando na Academia da Polícia Militar de MG

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou da solenidade de transmissão e assunção de comando conjunto da Academia de Polícia Militar, Centros e Escolas. A cerimônia aconteceu na sexta-feira (4/2), na Academia de Polícia Militar, em Belo Horizonte.

O coronel Eugênio Pascoal da Cunha Valadares é o novo comandante da Academia de Polícia Militar. Os outros postos de comando foram assumidos pelos seguintes oficiais: no Centro de Administração de Ensino, o tenente-coronel Newton Arlem Eleutério; no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, o tenente-coronel Vanderlan Hudson Rolim; na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos, o tenente-coronel Henrique Chaves Aleixo; na Escola de Formação de Oficiais, o tenente-coronel Luiz Faustino Marinho Júnior; e na Escola Formação de Soldados assumiu o tenente-coronel Halysson Claudino Câmara dos Santos.

Foto: Claudinei Souza/DPMG



### Defensoria Pública de Minas participa de lançamento do projeto Novo Socioeducativo

Foto: Claudinei Souza/DPMG



O assessor Institucional da DPMG, Wilson Hallak (à direita), juntamente com a ministra Damares Alves, do MMFDH, e o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco

O assessor Institucional da Defensoria-Geral, Wilson Hallak Rocha, representou o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, no lançamento do projeto Novo Socioeducativo. A solenidade foi realizada na quarta-feira (2/2), na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte.

O projeto propõe um novo modelo para o atendimento e a gestão em centros socioeducativos do país, e Minas Gerais será um dos estados a receber o piloto. O estado contará com duas novas unidades de internação de proposta inovadora, em Betim e Santana do Paraíso, com 90 vagas cada. A iniciativa é do Governo Federal, por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia (SPPI) e Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP-CAIXA), em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS).

### Chefe de Gabinete representa a DPMG na posse da nova diretoria da Associação Mineira do Ministério Público

A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, representou o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares na solenidade de posse da diretoria da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) para o biênio 2022-2024. O presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), defensor público Fernando Campelo Martelleto, também esteve presente na cerimônia.

O evento aconteceu na noite da quinta-feira (3/2), quando a promotora de Justiça Larissa Rodrigues do Amaral tomou posse como presidente da entidade, a primeira mulher a comandar a AMMP nos 68 anos de sua existência.

Foto: Claudinei Souza/DPMG



Raquel da Costa Dias e a nova presidente da AMMP, promotora Larissa do Amaral

## MUNDO OFICIAL

### Defensoria Pública de Minas participa de encontro para articular ações em defesa da mulher em situação de violência

A defensora pública auxiliar do Gabinete-Geral da Defensoria Pública de Minas Gerais, Samantha Vilarinho, também coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, representou a Defensoria Pública de Minas

Foto: Isabel Daher/DPMG



Gerais no Encontro do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid).

O evento foi realizado na quinta-feira (3/2) no Edifício-sede do TJMG em Belo Horizonte, reunindo magistradas e magistrados à frente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar dos Tribunais de Justiça do país. A iniciativa teve por objetivo impulsionar a articulação do Colégio de Coordenadores junto aos órgãos que atuam com políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, além de fomentar e implantar, nas Coordenadorias da Mulher de cada estado, ações e projetos voltados para prevenção, punição e erradicação da violência doméstica e familiar.

*A coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da DPMG, defensora pública Samantha Vilarinho (2ª posição, a partir da esquerda), durante o Cocevid*

## CORREGEDORIA-GERAL

### Correições extraordinárias em Defensorias da Saúde

A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública de Minas Gerais informa que irá instalar e realizar correição extraordinária na 1ª, 2ª e 3ª Defensoria Pública de Saúde, no dia 15 de fevereiro, a partir das 9 horas.

A sessão será aberta à participação dos defensores públicos, magistrados, promotores de Justiça, advogados, serventuários, demais autoridades, assistidos e interessados em geral. Na oportunidade, serão recebidas sugestões e eventuais reclamações sobre as atividades dos membros da Instituição.

[Veja aqui o Edital da 1ª, 2ª e 3ª Defensoria de Saúde](#)

## PUBLICAÇÕES

### Núcleo de Atuação da DPMG em Brasília lança a 1ª edição de 2022 do boletim 'Drops dos Tribunais'

O Núcleo de Atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais junto aos Tribunais Superiores lançou a 1ª edição de 2022 do boletim informativo "Drops dos Tribunais", referente ao mês de janeiro. Entre outras decisões e atuações, a publicação deste mês traz a decisão em relação ao direito à usucapião extraordinária, e da obrigatoriedade de requerimento do réu no caso de abandono da causa pelo autor.

[Clique aqui para ler.](#)

O "Drops dos Tribunais" é um informativo digital e periódico para divulgação de decisões dos Tribunais Superiores e do TJMG, pertinentes à atuação da DPMG, trazendo também informações acerca do trabalho realizado, em Brasília, pelo GAETS.

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)